Habitação Saudável: (Re) pensando os impactos da habitação no tratamento do câncer de mama

Autora: Sabrina da Silva Souza
Orientadora: Daniele Batista Brandt

INTRODUÇÃO

O presente texto consiste no resumo do trabalho de conclusão de curso da Residência Multiprofissional em Oncologia que teve como objetivo estudar como a questão habitacional pode afetar a qualidade de vida dos sujeitos e impor limites à realização do tratamento proposto.

MÉTODOS

Utilizou-se como metodologia a realização de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica e documental e revisão crítica da literatura, com base no método materialista histórico-dialético.

DISCUSSÃO

A moradia é compreendida tanto como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, como também um direito social expresso na Constituição Federal de 1988. Nessa direção, a moradia se tona uma variável importante na atenção à saúde, desde a atenção básica/ primária até a alta complexidade/terciária. Contudo, seu acesso ainda não foi universalizado, pois o Estado brasileiro tem priorizado o desenvolvimento econômico em lugar do desenvolvimento humano esse fator contribui para que pobres sejam empurrados cada vez mais para as periferias, dando origem à questão social da moradia, ou como vem sendo denominada, a questão habitacional (LIMA, 2004; LIMA & RODRIGUES, 2014; PINTO, 2004/2005).

Ao longo da história a intervenção do Estado brasileiro sobre a questão habitacional brasileira teve suas raízes exatamente no elo entre moradia e saúde. As primeiras iniciativas tanto em termos de política de saúde quanto de política urbana, tinham como propósito higienizar e modernizar as cidades. Mais recentemente, a relação entre saúde e moradia vem sendo contemplada a partir do conceito de habitação saudável, que atribui à moradia papel importante para a prevenção de risco ou agravo à saúde, como espaço de construção tanto de saúde quanto de bem-estar das famílias, fazendo com que a relação entre moradia e saúde estejam relacionada não apenas não apenas ao espaço físico, de infraestrutura e de saneamento, mas ao uso que se dá a esse espaço e da localidade onde está situada. Esse conceito encontra na promoção de saúde o espaço privilegiado para reflexão, tendo suas ações intersetoriais centradas, sobretudo, na atenção básica (COHEN et al, 2007).

Atenção primária constitui a porta de entrada para o acesso e articulação de toda rede de atenção integral à saúde do cidadão. O acesso as unidades de referências ocorre através da unidade básica de saúde de referência no território onde o usuário reside. È possível observar que a delimitação da área de abrangência dos equipamentos de saúde ainda tem ocorrido de maneira artificial, não considerando as relações sociais estabelecidas dentro do território, ao não incluir todos os moradores de determinadas localidades, estimular cisões até então inexistentes, ou mesmo aproximações incompatíveis entre os sujeitos. Já a atenção terciária, contempla o atendimento de recuperação da saúde através de emergências, internações e serviços de maior complexidade tecnológica. O padrão do planejamento urbano da maioria das cidades brasileiras tem resultado na concentração dos hospitais de tratamento da atenção terciária em poucas áreas da cidade, sobretudo nas mais centrais.

O câncer de mama exige tratamento continuado e curso prolongado, que pode envolver diferentes modalidades terapêuticas, como realização de cirurgia, tratamento quimioterápico, radioterapêutico, hormonioterápico e cuidados paliativos (INCA). Em algumas fazes desse tratamento, consideramos alguns impactos que podem surgir relacionados às condições de moradia. Pegamos como exemplo a maneira como o saneamento ambiental pode influencias no pós-operatório fruto de tratamento cirúrgico na troca diária de curativo, esvaziamento de seroma do dreno, entre outros cuidados para melhor cicatrização e diminuição da vulnerabilidade a outras e doenças. Além disso, em diferentes etapas observamos como a mobilidade urbana se torna uma variável importante relacionada a questão da restrição da mobilidade, devida a sequelas ou comorbidades resultantes do próprio tratamento com a à mobilidade urbana e inadequação do serviço de transporte público que na maioria das cidades brasileiras, assim como no Rio de Janeiro, está organizada basicamente a partir do modal ônibus. Soma-se a isso ainda a ausência de uma política habitacional voltada para as necessidades da classe trabalhadora mais empobrecida, que possibilita a adoção dentre diferentes alternativas a prevalência da coabitação familiar nos mais diferentes tipos de moradia. Esta questão acaba influenciando a caracterização quanto à composição familiar ou das redes de apoio e/ou cuidados frente ao tratamento e, em alguns casos, constrangendo o acesso a políticas sociais utilizam a renda familiar como um de seus critérios de acesso, como por exemplo, benefícios assistenciais (BPC/LOAS) e de gratuidade no transporte (Riocard Especial).

Ainda que exista alguns direitos sociais relacionados as condições de moradia para acesso das pessoas com deficiência ou doenças crônicas como por exemplo o caso dos direitos relacionados ao acesso ao tratamento de Saúde como por exemplo Rio Card Especial, Vale Social e o programa de Tratamento Fora de Domicílio e os direitos relacionados a moradia propriamente dita como a as isenções de IPTU, isenção de taxa de incêndio em alguns municípios, quitação da casa própria, observamos que os diferentes critérios de elegibilidade acaba restringindo a população a acessar tais benefícios.

Entendemos que para que se contemple o atendimento dessa demanda em sua totalidade é necessário que ocorra uma ação intersetorial entre as políticas públicas. Observa-se que na atualidade cada política se desenvolve e se configura de forma autônoma e, quando há "interseção" entre as mesmas, ainda não contemplam o atendimento de toda a demanda apresentada. Para a reversão desse quadro, defende-se uma abordagem multiprofissional na saúde que contemple a moradia como um dos fatores determinantes e condicionantes. Como também, que esteja baseada no prossuposto da intersetorialidade entre as políticas públicas, enquanto elemento estruturante da integralidade da saúde do sujeito.

CONCLUSÃO

A moradia constitui uma variável importante, a ser considerada na definição do plano de cuidado do usuário, bem como na formulação de políticas públicas voltadas para a atenção integral e intersetorial à saúde da população. Abordar essa relação a partir do cotidiano de tratamento de uma doença crônica não transmissível como o câncer de mama permite um olhar diferenciado sobre a questão, já que a moradia não constitui diretamente um fator de risco ou agravo para esta doença, mas a questão habitacional, sim.

Acredita-se que o presente trabalho poderá contribuir para novas pesquisas sobre os impactos da moradia no tratamento, bem como para novos estudos que contemplem os demais níveis de atenção à saúde.

Bibilografia

COHEN, Simone Cynamon et al . Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 12, n. 1, p. 191-198, Mar. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100022&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100022

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, S. L. R.; RODRIGUES, C.A Questão Habitacional na Cidade dos Negócios: Desafios ao Serviço Social.In: Online Libertas–Revista da faculdade de Serviço Social –Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. V. 12, nº 2, 2012. Disponível em: Http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2062/1498. Acesso em: 01 de dezembro de 2015

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. In Revista Libertas online Vol.4 e 5. Juiz de fora. 2004/2005

Projeto Gráfico: Serviço de Edição e Informação Técnico-Científica / INCA